

# CNA

## **Debate público no âmbito da Rede Rural Europeia relativo ao futuro da Política de Desenvolvimento Rural**

**A - Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?**

- Garantir produtos agrícolas saudáveis e seguros a preço acessíveis;
- Manutenção da paisagem rural e preservação dos ecossistemas;
- Preservação da identidade cultural e a especificidade dos produtos alimentares Europeus;
- Garantir aos agricultores um rendimento estável e adequado e permitir a inversão do êxodo rural em toda a Europa;
- Promover a coesão social e territorial;
- Reduzir as disparidades regionais em matéria de desenvolvimento;

**B - Como podem os instrumentos de política tornar-se mais efectivos?**

**C - Como pode a gestão da política ser melhorada?**

Assentando a Política Agrícola e Alimentar da União Europeia num conjunto de princípios básicos como sejam:

1 – A Política Agrícola e Alimentar da União Europeia deverá ser financiada principalmente pelo Orçamento Comunitário devendo haver, ao nível da sua regulamentação, margem de manobra para a sua aplicação em cada Estado Membro;

2 – A política de Comércio Externo da UE deverá ser voltada para suprimir as carências em produtos alimentares em que a União Europeia é deficitária, devendo ser colocado termo a todos os tratados de livre comércio, multilaterais ou bilaterais, repondo os mecanismos de protecção fronteiriça das produções comunitárias (taxas alfandegárias), principalmente para os produtos em que a UE é auto-suficiente ou excedentária;

3 – Deverão ser eliminadas todas as ajudas à exportação devendo estas verbas ser utilizadas na adaptação das produções excedentárias às reais necessidades da UE, através da alteração dos modos de produção que ao

mesmo tempo induza a sustentabilidade da actividade agrícola e a qualidade dos alimentos por um lado e, por outro, a redução das quantidades produzidas.

Estas ajudas deverão compensar as perdas de rendimento pela alteração do modo de produção para que não implique a eliminação das explorações;

4 – Deve haver um regresso à preferência Comunitária;

5 – Deverão continuar a existir instrumentos reguladores do mercado, como sejam as quotas e direitos de produção, que deverão ser ajustados a cada Estado Membro em função das suas necessidades alimentares e nível relativo de capacidade instalada de produção de forma a permitir a evolução dos Estados Membros mais deficitários;

6 – Deverá haver uma política de stocks regionalizada, de gestão pública, suportados em produções locais. Esta política de stocks deverá funcionar também como um instrumento regulador do mercado garantindo a segurança alimentar, equilibrando a oferta em anos de baixa produção e ao mesmo tempo, evitando a volatilidade dos preços dentro do mercado Europeu;

7 – Deverão ser esquecidos todos os históricos de recebimento das ajudas comunitárias, que continuam a influenciar e a criar discriminações na repartição das ajudas entre Estados Membros e entre Agricultores;

8 – A distribuição das ajudas comunitárias à agricultura deverá passar a assentar nos seguintes princípios:

- Deverá ser o mercado, em primeiro lugar, a sustentar a cobertura de uma remuneração justa à produção, que permita garantir a qualidade de vida dos Agricultores Europeus, sendo que, em último caso, deverá ser a existência de preços de intervenção a fazê-lo em situações excepcionais;
- Quanto às ajudas directas, estas deverão estar sempre ligadas à produção, moduladas e plafonadas e ser o garante da existência de um equilíbrio entre as especificidades territoriais das várias regiões da Europa, levando a que as mesmas não impliquem o abandono da actividade agrícola e a sobreposição da produção de umas regiões sobre as outras;
- Por outro lado, as ajudas deverão ser também canalizadas no sentido da melhoria da qualidade e da segurança alimentar e de uma agricultura ambientalmente mais sustentável, suportando

os acréscimos de despesa que tal implique e as eventuais perdas de rendimento que tal venha a representar;

- Consideramos essencial, no quadro das alterações climáticas, que exista um fundo que reponha a perda do rendimento causado por intempéries, bem como de prejuízos causados por pragas e doenças;
- As ajudas ao investimento deverão estar interligadas com os instrumento de regulação do mercado, nomeadamente com as quotas de produção e deverão fomentar no essencial a instalação de novos agricultores, o rejuvenescimento do tecido agrícola, a sustentabilidade ambiental da actividade agrícola, o bem estar animal, a qualidade e segurança alimentar, para além da modernização das explorações agro-pecuárias;
- Consideramos que devem existir ajudas que comparticipem o investimento no uso de energias alternativas, na eficiência energética e no uso eficiente da água;

9 – Consagrar a agricultura familiar e os mercados locais e regionais como sectores estratégicos do ponto de vista económico, social e ambiental e abandonar a prioridade voltada para a “competitividade”;

10 – Deverá haver preços regulados no consumidor para os produtos alimentares básicos, como seja o pão e o leite entre outros, conjugada com preços de intervenção sempre que necessário de forma a não comprometer a viabilidade das explorações agrícolas;

11 – As políticas públicas de fornecimento de alimentos quer seja a escolas ou a famílias carênciadas deverão ter, preferencialmente, suporte nos alimentos locais;

12 – As cantinas públicas, mesmo que de gestão privada, deverão fornecer, preferencialmente, alimentos locais e regionais.